

## **Nota à Imprensa sobre a Greve Sanitária dos Trabalhadores da USP**

As trabalhadoras e trabalhadores da USP, reunidos em assembleia virtual realizada na última quinta-feira, dia 05/11/20, deliberaram pela realização de uma Greve Sanitária a partir do dia 9/11 e por tempo indeterminado.

Desde o início da pandemia e a decretação da quarentena pelo governo estadual, em março deste ano, a USP suspendeu as aulas e a maior parte dos atendimentos presenciais, mas como a própria reitoria da universidade enfatiza, a USP não parou. E isso se deu graças ao trabalho árduo dos seus milhares de funcionários, que adaptaram boa parte de suas atividades para o trabalho remoto, mesmo sem as condições adequadas ou ideais. Outros milhares seguiram trabalhando presencialmente nas áreas essenciais, como no Hospital Universitário e em laboratórios de pesquisa sobre a Covid-19. Muitos funcionários, mesmo realizando suas atividades remotamente, não se furtaram a comparecer presencialmente para tarefas pontuais e inadiáveis, mesmo nos momentos mais dramáticos da pandemia.

Neste sentido, causou-nos surpresa e indignação a mudança do Plano USP de retorno gradual das atividades presenciais, que do dia pra noite tornou o retorno presencial compulsório, sem apresentar para isso nenhuma justificativa plausível do ponto de vista da organização e das necessidades do trabalho. Chama-nos atenção o caráter discriminatório do Plano, já que as aulas não retornam este ano, preservando a maior parte dos docentes e os estudantes, mas os funcionários administrativos são forçados a retornar presencialmente, mesmo em casos em que este retorno é injustificado e irracional, já que o funcionário fará, presencialmente, a mesma atividade que faz remotamente, e sem os equipamentos adequados. Cabe destacar que, de acordo com levantamento extraoficial feito pelo sindicato (já que a USP não apresenta esses dados oficialmente), já tivemos 13 funcionários, entre efetivos e terceirizados, mortos em função da Covid-19.

O Plano tem, ainda, um outro problema grave. A USP contraria toda a comunidade médica ao estabelecer um conceito próprio de fatores de risco. De acordo com a caracterização expressa pela reitoria no plano, somente pessoas com algumas comorbidades graves poderiam ser enquadradas como possuidoras de fatores de risco. Não basta, por exemplo, ter hipertensão, ela precisaria estar descompensada! Além disso, pessoas com mais de 60 anos não são consideradas como parte desses grupos de risco. Um absurdo!

Entendemos que a situação da pandemia, em que pese a diminuição do número de casos e de mortes, está longe de estar controlada. Ainda temos cerca de 500 mortes por dia no país, quase 100 somente no estado de São Paulo, e uma taxa de transmissão ainda próximo de 1, o que caracteriza uma situação preocupante. Neste sentido, a manutenção do isolamento social e das atividades remotas para aqueles que estão nesta condição é

importante não apenas para estas pessoas, mas também para manter o quadro mais geral da pandemia estável. Esse pressuposto deveria ser levado em consideração por uma instituição da importância da USP. Infelizmente, a reitoria da maior e mais importante universidade do país reconheceu, em ofício direcionado à direção do Instituto de Psicologia, que o critério adotado na elaboração do Plano de Retorno não foi a Ciência, e nem sequer a necessidade real do trabalho (que, como dito acima, foi mantido neste período), mas sim as supostas oscilações da “opinião pública”.

Cabe ainda destacar que este plano não foi discutido em nenhum momento com o sindicato. A direção do Sintusp solicitou várias vezes reunião com a reitoria, que ignorou todos os pedidos. O Plano foi elaborado por 6 dirigentes da universidade, sem nenhuma representação dos funcionários. O autoritarismo e a falta de negociação são a marca deste Plano da reitoria!

Diante desse quadro, de um plano feito sem nenhum diálogo, que expõe desnecessariamente milhares de funcionários ao risco de contágios e mortes, incluindo aquelas pessoas com comorbidades, e tudo isso sem nenhuma justificativa plausível, não nos resta outra alternativa que não seja a de nos organizarmos para preservar nossa vida, de nossos familiares e contribuir, assim, para estabilização do quadro mais geral da pandemia no estado.

A greve sanitária que deliberamos é diferente de todos os movimentos que já fizemos. Não estamos nos recusando a trabalhar, estamos nos recusando a ir presencialmente para realizar atividades não essenciais. Portanto, manteremos as atividades que estão ocorrendo remotamente, através do teletrabalho, bem como todas as atividades presenciais essenciais, desde que garantidas as condições adequadas. É um movimento em defesa da vida, e esperamos que a reitoria da USP interrompa sua intransigência e abra negociação!

São Paulo, 5 de novembro de 2020

**Diretoria Colegiada Plena do Sintusp**